

SOCIALISMO E DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA

PE. JEAN YVES CALVEZ S. J.

O socialismo é uma filosofia e um programa. A filosofia socialista sacrifica a pessoa à sociedade, a vida humana à produção, a transcendência religiosa à imanência histórica. O que mais mudou, no socialismo, foram os programas; o que mais permaneceu foi a filosofia, da qual os programas são, muitas vezes, uma extrapolação inconsciente. Entretanto, a palavra socialismo não é propriedade de ninguém. O autor do artigo, conhecida autoridade internacional no assunto e que já teve ocasião de visitar o Brasil, fixa com firmeza e nitidez as condições em que um cristão poderia adotá-la, insistindo, porém, em que, além do problema semântico, importa mais ao cristão buscar na revência de sua fé a originalidade de sua projeção social.

FOI MARX quem escreveu: "Social quer dizer muitas coisas." Hoje socialismo quer dizer também uma porção de coisas.

São múltiplas as variedades de socialismo que a vista alcança, seja se considerarmos a sua história desde 1840, seja se se consideram hoje as doutrinas e os programas que se dão como socialistas, mundo a fora.

Essa multiplicidade, essa pluralidade, são o primeiro motivo pelo qual se põe em questão, hoje, o socialismo.

E é talvez por essa razão que, na encíclica *Mater et Magistra*, o Papa JOÃO XXIII absteve-se de tomar de

nôvo posição em face aos socialismos atuais (excluído o comunismo): contentou-se em reportar-se ao que dizia Pio XI em relação ao problema, na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) sem precisar se a condenação vale para tôdas as espécies de socialismo hoje difundidas.

Em todo caso, socialismo não quer dizer seja o que fôr: há um contexto espiritual do socialismo, comum a quase todos os socialismos e que os faz, muito freqüentemente, não apenas hostis à Igreja, porém, mesmo ateus; e mais freqüentemente ainda, nêles existe uma doutrina filosófica que é realização do homem pela sociedade, num plano de total imanência, excluída a realidade religiosa.

De igual modo, é històricamente o socialismo uma doutrina que valoriza exageradamente a sociedade em relação às pessoas.

Às vêzes, apresentam-se hoje as coisas como se o socialismo pudesse ser um simples programa social, independente de todo o contexto espiritual socialista.

É certo que não se deve negar de modo absoluto a possibilidade de um socialismo que seja apenas um programa social e que não inclua a filosofia socialista. Deve-se, contudo, confessar que não se trata de coisa fácil.

No fim de contas, o que mais mudou no socialismo foram os programas; o que mais permaneceu constante, através dêsses programas que mudam, foi certo contexto, uma atitude espiritual que constituem o grande obstáculo para o cristão.

Talvez que a situação se modifique hoje em certos setores. Trata-se, porém, de coisa muito recente; e é ainda muito difícil, em grande número de países, apresentar um *programa* como socialista deixando nêle de lado a filosofia socialista. Se quem o faz não se engana a si mesmo, é freqüentemente perigoso que provoque enganos no espírito dos outros.

Na linha dessa observação geral, necessitamos agora ser mais precisos: considerar em primeiro lugar as *questões doutrinárias e filosóficas* fundamentais que têm causado, e causam ainda, dificuldades para a consciência cristã, para em seguida abordar o problema do conteúdo dos *programas* socialistas.

A Igreja acusou o socialismo de sacrificar a pessoa à sociedade, de sacrificar a vida humana à produção, de sacrificar a transcendência religiosa às obras terrenas do homem e à imanência das obras humanas.

Essa acusação se aplica, de modo diverso, aos vários socialismos.

Vale especialmente, e em grau máximo, para o marxismo: mas vale também para os socialismos moderados aos quais se referiu PIO XI na sua encíclica *Quadragesimo Anno*.

É certo que, em mais de um caso, se trata menos de doutrinas explicitamente formuladas do que de tendências; não é, porém, menos importante observar que essas tendências são dificilmente compatíveis com a vida cristã.

Sacrificar a pessoa à sociedade; eis, com efeito, a tendência da maioria dos pensamentos socialistas no século XIX. É bastante curioso que MARX a tenha criticado, tanto era ele sensível às alienações do homem. Ri-se dos que pretendem fazer sacrifícios à Sociedade. Ri-se dos que querem que a propriedade se transfira de alguns indivíduos para a "comunidade", transformando os homens de assalariados do capitalista individual em assalariados do "capitalista geral" (a sociedade) não menos opressor.

Isso não obstante, é certo que o marxismo se tornou a forma acabada dêsse domínio pela idéia de uma sociedade perfeita à qual os indivíduos poderiam se entregar totalmente; Já MARX supunha a identificação completa do indivíduo com a sociedade na sociedade comunista. É verdade que ele acrescenta que essa sociedade é aquela na qual concretamente o indivíduo desenvolve de modo mais completo tôdas as suas capacidades. Essa condição será, porém, facilmente esquecida; e o próprio MARX já tendia a esquecê-la.

No seu conjunto, os socialistas se inclinam a crer que a solução de todos os problemas está na submissão, na entrega à sociedade, em certa perda de cada um na sociedade, sem tratar muito de saber como essa sociedade se constitui. É assim que estão dispostos a abandonar muitas decisões ao Estado em particular, sem entrar nos detalhes de uma teoria que garanta que o Estado seja ele próprio construído

para a emancipação das pessoas e pela atividade pessoal de cada homem.

Porque na verdade há Estado e Estado; e não é fácil fazer com que o Estado seja um bom Estado. Muitas vezes o socialismo parece deixar de lado esse problema.

Ora, a Igreja, quanto a ela, preocupa-se com a pessoa. A consciência cristã não é, com certeza, individualista; dá, pelo contrário, grande importância à realização do homem pela caridade, pelo dom de si a outrem; trata-se, porém, de um dom que é, ele próprio, pessoal.

A consciência cristã só pode conceber a sociedade como obra das próprias pessoas humanas; nada considera superior a essas. Porque é a pessoa (a liberdade) que se põe diante de Deus, enraizada em Deus. Que é a pessoa senão uma vocação divina colocada num outro ser que não Deus?

Segundo aspecto: PIO XI denunciava no socialismo a submissão à produção econômica de toda a vida humana, da própria liberdade e de todos os mais valores. "Tal importância é dada pelos socialistas à posse do maior número possível de objetos que proporcionem as vantagens da vida, que os bens mais altos do homem, sem excetuar a liberdade, se devem subordinar e mesmo se sacrificar às exigências de uma produção mais racional. Esse desrespeito à liberdade humana na organização "socializada" da produção seria, segundo eles, largamente compensada pela abundância de bens que, socialmente produzidos, seriam prodigalizados aos indivíduos e que esses poderão aplicar, à vontade, às comodidades e aos prazeres da vida (*Quadragesimo Anno*). O Papa não os acusava de refrear a liberdade em todos os domínios da vida humana; podemos, aliás, observar mais de uma vez um excesso de liberalismo entre muitos daqueles que se proclamam socialistas. O que nêles o Papa censurava era de fazer pouco caso da liberdade na produção econômica.

É evidente que a consciência cristã não é insensível ao significado e à importância dessa produção econômica, considerada em si mesma. Era PAULO VI que recentemente reconhecia na moderna civilização industrial um domínio de natureza que mostra, de maneira altamente significativa, a grandeza do homem. A objeção feita aos socialistas põe-

-se em outra ordem e é um pouco paradoxal. Em suma: os socialistas *parecem* dar enorme importância à produção; na realidade, porém, não enxergam todo o seu significado na vida humana. Não vêem, com efeito, quanto do homem nela se exprime, quanto a situação do homem na produção reage sobre toda a sua vida.

É assim que, na esfera da produção, estão prontos a aceitar soluções radicais que negam, mais ou menos, a liberdade humana, em proveito da eficácia de sua ação; sem suspeitar que a liberdade, desprezada no nível de produção, dificilmente se recupera e se reencontra nos outros setores da existência.

No fundo, para lá da importância que o socialismo empresta à produção, à vida social, a Igreja muitas vezes pressentiu no pensamento socialista um primado do consumo, um primado da distribuição, com tendência fortemente individualista; depois disso todos os meios são bons desde que, em particular, levem a uma produção aumentada e capaz de satisfazer às necessidades ou aos desejos de consumo dos indivíduos, critério único de máxima eficiência.

Não se reflete que assim se pode alienar gravemente, e talvez definitivamente, o próprio homem na esfera da produção, de maneira que será inútil, no final das contas, oferecer-lhe uma compensação da liberdade nas outras esferas da vida.

MARX, na verdade, tinha esboçado uma compreensão interessante da alienação do homem, no trabalho. Desgrazadamente, nas soluções que mais tarde propuseram, os marxistas parecem esquecê-lo.

Em resumo, trata-se de uma visão simplificadora, um tanto mecanicista da realidade humana e social. Imagina-se poder organizar a produção de modo a obter a liberdade no consumo, sem organizar a liberdade na própria vida da produção; como se essa vida fôsse puramente instrumental em relação ao essencial da vida humana.

Levando as coisas mais longe, um último aspecto aparece: o socialismo é essencialmente imanentista.

Um olhar sutil, já o dissemos, encontra nêle o primado do livre consumo; mas nessa livre opção parece se esgotar a liberdade do homem. Toda a liberdade se resumiria em

fazer nesse terreno o que se queria. A essa liberdade, demasiado liberal, não se imagine que ela possa ir além. Trata-se, assim, de suprimir todos os obstáculos, não, porém, de aprofundar a liberdade para nela encontrar alguma coisa que a leve além de si mesmo; o que é a condição de uma verdadeira vida social e manifestação de uma vocação divina.

O homem socialista se veria decididamente encerrado no mundo, pequeno demais, de sua liberdade imediata e de suas escolhas livres, sem que se lhes reconheça, como sentido a sua verdadeira liberdade, uma liberação mais profunda que se abra à transcendência divina.

Esse liberalismo se encontra mesmo no mais moderado socialismo como, por exemplo, no de um CROSLAND que lançou fora a própria teoria socialista da propriedade e das nacionalizações. Entre os elementos ainda não realizados do socialismo, CROSLAND encontra, com satisfação, os rastros do "anarquismo" e do "sentimento libertário", indissolúveis, segundo crê, de todo socialismo. Na prática, pleiteia ele "a supressão de certas restrições que a lei impõe à vida privada e à liberdade do indivíduo. Considerem-se, por exemplo, as leis atuais sobre o divórcio, as leis sobre a restrição do comércio de bebidas alcoólicas, as leis obsoletas (e flagrantemente injustas) sobre o aborto, o antiquado castigo dos desvios sexuais, a obscurantista censura dos livros e das peças de teatro, as restrições que ainda existem no que se refere aos direitos da mulher" (*Confluence*, 1958, pág. 167). Esse tom é característico. Estamos longe da construção ateísta de MARX; estamos, contudo, diante de uma filosofia libertária pouco acessível à concepção cristã de uma liberdade que se abre para os outros e para Deus, de uma filosofia que, pelo contrário, se fecha sobre os apetites e os desejos mais imediatos.

Diante dessas tendências é compreensível o mal-estar da consciência cristã.

Esse contexto, muito constante na história do socialismo, é que o faz difícil para a Igreja, muito mais do que essa ou aquela medida econômica e social. A Igreja não condena tais medidas senão enquanto são um reflexo da filosofia fundamental que acabamos de evocar.

Seja, por exemplo, a nacionalização generalizada dos bens da produção. A dificuldade nesse caso está em que se trata de uma solução inteiramente mecânica — transferência da propriedade dos indivíduos para o Estado — e que assim não é uma solução verdadeira porque não cogita da verdadeira realização da liberdade para tôdas as pessoas, no interior da esfera de produção. Vê a Igreja alguma coisa de estritamente doutrinário na negação de qualquer propriedade pessoal dos bens de produção ou na negação de qualquer participação pessoal na propriedade desses bens. Essa negação parece, de fato, se inspirar na idéia que a própria pessoa deve se entregar à sociedade como se essa fôsse realmente uma realização completa da liberdade do homem, como se a sociedade fôsse por si mesma alguma coisa de perfeito.

Pensa antes a Igreja que a pessoa é que precisa de um campo em que se exteriorize, de modo pessoal, a fim de realizar aquela superação social de si mesma que da pessoa se espera. A propriedade é, assim, meio de liberdade e por exemplo, condição para a liberdade política (*Mater et Magistra*).

Não quer dizer que a propriedade seja o meio único para essa exteriorização; a posse de uma capacidade pessoal de trabalho qualificado, de uma competência profissional, de uma cultura, é outro instrumento para conseguí-la, plenamente reconhecida por JOÃO XXIII, como na *Mater et Magistra*.

Por outro lado, deseja a Igreja tampouco o atual *statu quo* das propriedades que pede, pelo contrário, sua difusão, como a difusão do contrôle dos bens de produção.

Anàlogamente, reconhece pleno direito à livre propriedade social (cooperativa, por exemplo). Tem, contudo, consciência que essa propriedade social não se obtém pela perda do direito pessoal; êsse direito, radical, deve permanecer para que tenha ainda sentido a superação de si mesmo em direção ao outro (a qual se inscreve em tôda forma de propriedade social).

Descobre, pois, a Igreja lacunas nos programas socialistas, na medida em que refletem a filosofia socialista, e só nessa medida. Onde não existam nem essa filosofia, nem essa tradução direta dos programas, a objeção desaparece.

O caso historicamente interessante é o do trabalhismo inglês que sempre se proclamou socialista. Há, com certeza, correntes diversas nesse trabalhismo. Algumas delas — e citávamos há pouco CROSLAND — não deixariam de fazer dificuldades à consciência cristã. Contudo, as tendências dominantes do trabalhismo inglês afastavam-se da filosofia socialista em grau bastante amplo para que os bispos da Inglaterra nunca se tivessem sentido obrigados a lhe aplicar a condenação e as reservas de PIO XI.

Mais recentemente, o socialismo africano de tendência SENGHOR ou NYERERE parece não incorrer em objeções graves.

Nenhum princípio de nacionalidade doutrinária, e afirmação, pelo contrário, de um personalismo fundamental subordinado ao bem comum; numa palavra, o socialismo africano supõe a transposição em um sistema cooperativo moderno dos valores comunitários fundamentais da África tradicional.

De modo muito explícito, os líderes desse socialismo africano recusam o ateísmo sob qualquer de suas formas. Recusam, por outro lado, fazer do socialismo uma filosofia total. Trata-se, segundo eles, de uma ideologia para a construção social a qual repousa sobre um sistema de valores (sobretudo africanos e cristãos) que têm por si mesmo consistência e não são assim de modo algum deduzidos da idéia socialista.

Convém acrescentar que o que se chama socialismo africano está ainda demasiadamente impreciso para que possa ser definitivamente julgado.

Na Europa, o socialismo não marxista mudou profundamente nos últimos anos. Evoluiu, porém, de modo diverso.

O que desde logo mudou claramente foi o *programa*. O ponto essencial dessa mudança consiste em geral no abandono, por muitos, da tese da nacionalização de todos os bens de produção. Isso sobretudo no caso da Alemanha. Vejam-se alguns artigos do programa do SPD (partido social democrata alemão) adotado em Bad Godsberg em 1959: "Deve-se proteger e promover a propriedade privada dos bens de produção, na medida em que não prejudi-

que a construção de uma vida social justa. É necessário consolidar as empresas eficientes, médias e pequenas, para que possam resistir à competição das grandes". E acrescenta-se: "A propriedade coletiva é uma forma legítima do controle público à qual nenhum Estado moderno renuncia". O que deixa supor que não se evitará toda nacionalização, mas que a ela se recorrerá somente quando for um instrumento necessário de controle. Por exemplo: "A concorrência por intermédio de empresas públicas é um meio essencial de evitar o domínio do mercado pelos particulares. Tais empresas salvaguardarão os interesses da comunidade. Serão necessitadas quando por motivos atinentes, seja à natureza das coisas, seja às condições técnicas, não se possa obter realizações indispensáveis à comunidade de maneira razoável do ponto-de-vista econômico, a não ser excluindo a concorrência". Por outro lado, não é a propriedade o problema único; é preciso considerar os perigos do poder econômico (mesmo quando não ligado à propriedade).

A minimização do problema da propriedade está bastante generalizada. "A propriedade dos meios de produção", dizia também CROSLAND, "não é mais o elemento dominante essencial da repartição das rendas. A propriedade privada é compatível com um alto grau de igualdade: ao passo que a propriedade pelo Estado, como a experiência russa o demonstrou, pode ser usada para manter um elevado grau de desigualdade".

Na França, ANDRÉ PHILIPP declarava peremptoriamente: "A apropriação coletiva dos instrumentos de produção não é elemento necessário na definição do socialismo. . . Hoje, quando a propriedade se apresenta como uma das formas possíveis do poder, a transferência de propriedade não é senão um meio entre outros de realizar a transferência da autoridade. O problema da gestão predomina sobre o problema de posse; e as modificações do regime de propriedade são função da autoridade exigida pela economia dirigida".

Será que essa evolução do programa se acompanha de uma evolução paralela do espírito? Sim, em certa medida. Contudo, há reservas que permanecem. Já as referimos ao citar CROSLAND; a elas voltaremos mais adiante.

É certo que os alemães do SPD parecem se ter afastado da doutrina socialista tradicional. Não apenas se separaram oficialmente do marxismo — a êle não fazendo a menor referência em seus estatutos — mas renunciaram, também, à idéia de um partido da classe. O SPD, outrora partido da classe operária, “tornou-se um partido do povo”, dizem os estatutos. Afirmam ainda: “O socialismo democrático não quer proclamar nenhuma verdade última, não por falta de compreensão ou por indiferença em relação às concepções do mundo ou em relação às verdades religiosas, mas pelo respeito às decisões da fé dos homens, cujo conteúdo não pode ser objeto de decisão nem de um partido político nem do Estado”.

Do ponto-de-vista positivo, o partido social democrata afirma ter as suas raízes na “ética cristã” ao mesmo tempo que no “humanismo” e na “filosofia clássica”. — Mais ainda: “O SPD dedica uma atenção cheia de respeito às Igrejas e aos grupos religiosos, à sua missão própria, à sua independência”. O partido se pronuncia, finalmente, por uma proteção de “direito público” em benefício das Igrejas.

No mesmo espírito, dirá um ANDRÉ PHILIPP, na França, que para êle o socialismo não é uma ideologia, nem a visão de um tipo ideal de sociedade “fixado previamente e cuja realização se obteria contra todos os obstáculos”. “Não há”, diz êle, “um valor socialista próprio, uma filosofia socialista da vida. O socialismo é uma *técnica* para a obtenção, num meio determinado, dos valores comuns que caracterizam nossa civilização ocidental”.

ANDRÉ PHILIPP é, muito explicitamente, cristão (protestante). Em outros casos, pelo contrário, parece subsistir uma incompreensão profunda entre socialismo e religião. É o que acontece, por exemplo, em JULES MOCH, que escrevia: “Socialismo e religião não se podem chocar, já que suas formas de ação não têm ponto comum. O socialismo considera esta terra, êste mundo e tudo neste mundo; a religião se refere ao outro mundo. . .” É inútil insistir sobre a função irrisória que assim se reserva à religião e sobre a vontade imanentista que ainda anima, com a melhor das boas vontades, o socialismo de JULES MOCH.

Evocamos, em outro local, as concepções libertárias de CROSLAND: concepções idênticas se encontrariam em muitos socialistas.

A conclusão de todo êsse exame só pode ser a de um julgamento muito misturado sôbre as possibilidades de serem compatíveis o socialismo e a consciência cristã. Por um lado, é preciso lembrar a exceção do trabalhismo britânico, as tentativas recentes, porém, ainda muito vagas, de certos socialismos africanos, a evolução da social-democracia alemã, a posição de um ADRIÉ PHILIPP na França. Por outro lado, é preciso ainda observar que dificilmente se dissocia o socialismo de um contexto filosófico e espiritual que parece, sob muitos aspectos, mais essencial e mais constante do que os próprios programas e que, de modo muito amplo, penetra êsses programas. Uma consciência cristã informada sente, então, o socialismo como simplificador, como força preocupada com as dimensões mais radicais da liberdade humana, como uma filosofia imanentista (para usar termos teológicos). Deve-se considerar ainda que as preocupações reformistas dos cristãos seguem em direções bastante diversas daquelas às quais conduz historicamente o socialismo, mesmo quando, em relação a tal ou qual medida particular, haja uma coincidência parcial e limitada.

Os cristãos têm, assim, o dever de reformar os sistemas abusivos de propriedade, sem terem a ilusão de eliminar êsses abusos com a supressão de toda propriedade pessoal e com o simples recurso ao capitalismo de Estado. Os cristãos, sobretudo, não acreditam que todos os problemas sociais sejam exclusivamente de ordem de propriedade; a maioria dêles se põem na ordem da liberdade. Os cristãos, inspirados fortemente no Evangelho, ambicionam uma vida social de responsabilidade e de participação que é a expressão da caridade; o que é coisa inteiramente diversa da confiança em uma sociedade de certo modo toda feita e por si mesmo toda boa. Os cristãos estimam espontaneamente que o homem só será plenamente respeitado no resto de sua vida social se também o fôr na sua vida de produção.

Dito isto, a palavra *socialismo* não é propriedade de ninguém. Nenhuma razão absoluta existe em si que leve

a impedir que cristãos traduzam com êsse nome um programa político e social de acôrdo com sua fé e com sua consciência religiosa, de acôrdo também com uma doutrina social que é "parte integrante do ensino da Igreja sôbre a vida humana". Por outro lado, as palavras têm uma história (no caso, a palavra socialismo tem uma história filosófica e espiritual). Permanece considerável o perigo de confusão entre um programa aceitável pelos cristãos e a filosofia conhecida tradicionalmente como socialismo. Para evitar êsse perigo, seria necessário um generoso programa de propaganda e de difusão a fim de marcar as distâncias entre um programa nôvo e a filosofia socialista clássica. Não bastaria, aliás, dizê-lo; seria preciso demonstrá-lo concretamente, sem ambigüidades, explicando tudo quanto se rejeita. Seria preciso, enfim, que isso ficasse claro para aquêles com quem se trata. O que não está apenas no domínio das intenções, mas depende da possibilidade de realizá-lo concretamente.

Não fiquemos, porém, nessa consideração de realismo semântico. O que importa para os cristãos é dominar plenamente a concepção de vida social que resulta das verdades mais substanciais da sua fé: domínio ao mesmo tempo intelectual, afetivo e efetivo. Assim, e só assim, podem os cristãos estar seguros de uma firmeza verdadeira e de uma plena originalidade em sua ação pela justiça social.

AR CONDICIONADO

engenheiros
especializados

SISTÊNCIA E GARANTIA

Confort-Air S/A

ENGENHARIA — INDÚSTRIA
COMÉRCIO

A WASHINGTON LUIS, 81 - 1º, 2º e 3º - TELEFONES 22-2030 e 22-4925